



39ª Cimeira da SADC Rumo ao desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável



LÍDERES DA África Austral vão se reunir na sua Cimeira Anual em Agosto para traçar a agenda de desenvolvimento da região. Com o tema *“Um Ambiente Propício para o Desenvolvimento Industrial Inclusivo e Sustentável, Maior Comércio Intraregional e Criação de Emprego”*, a Cimeira vai deliberar sobre uma ampla gama de questões, incluindo a revisão do progresso feito para alcançar a visão duradoura de uma Região Próspera, Unida e Integrada. Esta edição da revista África Austral Hoje analisa algumas das principais questões que deverão ser discutidas pela 39ª Cimeira da SADC, agendada para Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia, nos dias 17 e 18 de Agosto.

POLÍTICA	3
SEGURANÇA ALIMENTAR	4-5
DESASTRES	6
INFRAESTRUTURAS	7
INTEGRAÇÃO	8-9
GÉNERO	10
PARLAMENTO	11
BIODIVERSIDADE	12
PAZ E SEGURANÇA	13
CONHECIMENTO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

Fazendo um balanço da agenda de industrialização

Um dos principais destaques será um relatório de progresso sobre a implementação da Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC 2015-2063, que foi adoptada em 2015 para desbloquear o potencial industrial da região.

A industrialização é uma das principais prioridades para a África Austral e, desde 2014, todas as Cimeiras da SADC centraram-se na forma como a região pode alcançar o desenvolvimento industrial.

A este respeito, a 39ª Cimeira da SADC receberá um relatório de progresso sobre como os Estados Membros estão a implementar as várias medidas para acelerar o crescimento económico através do desenvolvimento industrial.

De acordo com o tema da 39ª Cimeira da SADC, os Estados Membros irão entre Agosto de 2019 e Agosto de 2020 centrar-se na criação de um ambiente propício para permitir que o sector privado e outros cidadãos da região participem activamente e beneficiem plenamente de medidas

destinadas a promover a agenda de industrialização.

Numa tentativa de aumentar o nível de desenvolvimento industrial, tanto a nível nacional como regional, e com vista a assegurar a consecução de objectivos unificados e coesão entre as políticas e estratégias de industrialização dos Estados Membros, a SADC está a desenvolver um Protocolo sobre a Indústria, que está concluído até agosto de 2019.

O protocolo será um instrumento vinculativo que segurará e dará efeito legal à Estratégia e o Roteiro da Industrialização da SADC e assegurará a coordenação, monitoria e avaliação adequadas da implementação.

Espera-se que o protocolo proposto reforce o nível de desenvolvimento industrial na região e facilite a harmonização de políticas e estratégias nos Estados Membros.

Quando os Estados Membros já tiverem tais políticas e estratégias implementadas, estas devem ser revistas e alinhadas com a Estratégia e Roteiro de Industrialização da SADC.

Situação de segurança alimentar

Espera-se que a Cimeira aprove as medidas para combater a insegurança alimentar após uma fraca época agrícola em 2018/2019.

A região da SADC tem um défice de cereais de mais de 5,4 milhões de toneladas este ano, após chuvas moderadas durante a época que acabou de terminar, de acordo com um *Relatório de Síntese sobre o estado da segurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade na África Austral*.

O relatório indica que cerca de 41,2 milhões de pessoas estão em insegurança alimentar em 13 Estados Membros da SADC este ano.

Espera-se que a Cimeira aprove as estratégias para abordar a segurança alimentar, inclusive ajudando as populações afectadas com suprimentos de alimentos, bem como fornecendo alimentos suplementares de emergência para salvar animais e importando cereais para complementar os seus reduzidos rendimentos.

Desenvolvimento de infraestruturas

Outra questão chave para discussão é o progresso na implementação do Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infraestruturas da SADC (RIDMP).

Aprovado em 2012, o RIDMP é a estratégia para o desenvolvimento regional integrado de infraestruturas na África Austral a um custo estimado de mais de 500 biliões de dólares norte-americanos para atender à demanda projectada até 2027.

A implementação do RIDMP está a ser feita em três fases, abrangendo o Plano de Acção de Curto Prazo (STAP) 2012-2017, o Plano de Acção de Médio Prazo até 2022 e o Plano de Acção de Longo Prazo a ser implementado até 2027.

As conclusões preliminares de um estudo encomendado pelo Secretariado da SADC mostram que a implementação da maioria dos projectos STAP está atrasada.

Agenda pós-2020 da SADC

A SADC iniciou o processo de formulação de uma nova visão de desenvolvimento para suceder o Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional

Revisto (RISDP) que foi aprovado em 2015 e vai até 2020.

Espera-se que o processo de revisão conduza ao desenvolvimento de um quadro para a estratégia regional pós-2020 que tenha em conta os Princípios da SADC e os Princípios Comuns, bem como os processos globais e continentais como a Agenda 2063 da União Africana e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Faltando um ano para a Cimeira da SADC 2020 (40), espera-se que a 39ª Cimeira reveja os progressos no sentido do desenvolvimento da Agenda pós-2020 da SADC.

A este respeito, um relatório de progresso será apresentado aos Chefes de Estado e Governo para deliberação.

Empoderamento do género

A igualdade e o empoderamento do género estão firmemente enraizados na Declaração e no Tratado da SADC que estabeleceu a comunidade partilhada da SADC.

Os Estados Membros compreendem plenamente que a igualdade e o empoderamento de mulheres e homens são cruciais para a consecução do desenvolvimento sustentável.

Progresso significativo foi feito em direcção à igualdade de género na região, mas ainda há mais por ser feito.

A esse respeito, espera-se que a Cimeira explore formas de intensificar os seus esforços para promover a igualdade de género e garantir que mulheres e homens desempenhem um papel activo no avanço da integração regional.

Reforço da paz e a segurança

Na frente política, espera-se que os líderes discutam a situação de paz e segurança na região.

A região, de uma forma geral, goza de estabilidade apesar de

algumas bolsas de volatilidade na parte oriental da República Democrática do Congo, no Reino do Lesotho e em Madagascar.

Espera-se que a Cimeira faça um balanço das intervenções realizadas pela região para promover a paz e a estabilidade nesses e em outros Estados membros.

Para garantir que exista uma forte ligação entre o aviso prévio e a acção antecipada, a SADC estabeleceu o Centro Regional de Aviso Prévio e a região implementou com sucesso muitas equipas estratégicas que tiveram um impacto positivo.

A mais recente foi a Missão Preventiva da SADC no Lesotho, que foi destacada em Novembro de 2017 para estabilizar a frágil e imprevisível situação política e de segurança no país, e completou com sucesso a sua missão em Novembro de 2018.

Isto apoiou o envio do Comité de Supervisão da SADC para o Reino do Lesotho e a equipa de apoio ao Facilitador da SADC para ajudar no diálogo nacional e no roteiro para as reformas.

Financiamento sustentável da integração regional

Outra questão que continua no topo da agenda da Cimeira é a necessidade da SADC implementar modelos de financiamento sustentáveis para impulsionar a sua agenda regional.

Estima-se que apenas cerca de 10 por cento dos projectos regionais são financiados pelos Estados Membros da SADC, enquanto o restante provém de parceiros internacionais de cooperação. Esta situação comprometeu a sustentabilidade dos programas regionais.

O Secretariado foi instruído pela 38ª Cimeira da SADC para finalizar o Quadro de

Mobilização de Recursos Regionais da SADC, que determina como o espaço fiscal pode ser criado para permitir aos Estados Membros financiarem actividades, programas e projectos regionais.

Espera-se, por conseguinte, que um relatório de progresso sobre a proposta da Estrutura de Mobilização de Recursos Regionais da SADC seja apresentada aos líderes para discussão.

Área Continental de Comércio Livre

Espera-se que a Cimeira debata como os Estados Membros podem se beneficiar plenamente da Área Continental de Comércio Livre Africano (AfCFTA) que entrou em vigor em Julho.

A AfCFTA é um mercado ampliado que reúne todos os 55 estados membros da UA, cobrindo um mercado de mais de 1,2 bilhão de pessoas e um produto interno bruto (PIB) combinado de mais de 3,4 trilhões de dólares norte-americanos.

A AfCFTA basear-se-á na existência de outros FTAs no continente, como o ACL da SADC e a "Grande" ACL pendente envolvendo o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), a Comunidade da África Oriental e a SADC.

O estabelecimento da AfCFTA é um dos projectos emblemáticos ou iniciativas no âmbito da Agenda 2063 - A África que Queremos, que é uma visão continental e um quadro estratégico adoptado pela UA em 2013 para otimizar a utilização dos recursos do continente em benefício de todos os africanos. □



Instrumento legal para regular a implementação do Univisa

A SADC deu início ao processo de desenvolvimento de um instrumento legal que visa regulamentar a implementação de um único visto de turismo para a região.

Vulgarmente conhecido como Univisa de Turismo da SADC, o sistema de visto único permitirá que turistas e viajantes para a região se desloquem sem problemas através das fronteiras e entre os Estados Membros, bem como encorajar os turistas a visitar mais do que um país na SADC.

Actualmente, os viajantes para a SADC devem candidatar-se a um visto de cada vez que pretendem visitar qualquer país da região, uma situação que a maioria dos viajantes considera dispendiosa e uma barreira ao movimento dentro da região.

A este respeito, um sistema único de visto para os viajantes para a região da SADC faz sentido económico, uma vez que poupa tempo, dinheiro, aborrecimentos burocráticos e facilita as viagens.

Para garantir o sucesso e a implementação harmoniosa, o Sindicato de Turismo da SADC e o Secretariado estão a elaborar um instrumento legal para regulamentar a implementação do Univisa e assegurar que todas as vulnerabilidades e ameaças de segurança sejam abordadas em preparação para o lançamento do Univisa.

De facto, um dos maiores desafios que atrasou o lançamento do Univisa de Turismo da SADC são as vulnerabilidades de segurança e ameaças colocadas por um único sistema de vistos, incluindo questões administrativas e de

coordenação, como acordos de políticas, procedimentos e requisitos para a emissão do visto de viajantes e turistas.

Por exemplo, alguns Estados Membros da SADC argumentam que, se o sistema Univisa não for legal e adequadamente constituído, a sua implementação poderá colocar sérios desafios em termos de segurança e protecção, tais como o influxo de imigrantes ilegais em alguns países.

Além disso, os turistas podem optar por visitar um ou alguns destinos na SADC, daí a necessidade de criar um sistema justo e equitativo de partilha de receitas entre todos os Estados Membros da SADC.

Por conseguinte, o desenvolvimento de um instrumento legal que procure regular a implementação harmoniosa de um único visto de turismo para a região assegurará o sucesso da Univisa de Turismo da SADC.

Enquanto a região se prepara para o Univisa de Turismo na SADC, um sistema piloto conhecido como Visa Kavango-Zambezi (KAZA), que cobre visitantes de outras regiões da Zâmbia e do Zimbábue, foi lançado com sucesso em Novembro de 2014.

Implementação do Visa KAZA foi originalmente definida para ser operacionalizada em quatro etapas diferentes.

A fase piloto envolveu a Zâmbia e o Zimbábue, devendo o próximo passo abranger três outros países - Angola, Botswana e Namíbia, que juntos formam os cinco membros da Área de Conservação da Fronteira Transfronteiriça de KAZA.

A TFCA KAZA cobre uma área de aproximadamente 444.000 quilómetros quadrados e é formada por 36 parques nacionais, reservas de caça, áreas de conservação da comunidade e áreas de gestão de caça.

A área de conservação se orgulha de inúmeras atrações turísticas, como as Cataratas Vitória entre a Zâmbia e o Zimbábue, pinturas rupestres de San, no Botswana, e a população de animais selvagens na região.

Esta elevada concentração de atrações cria uma variedade totalmente nova de oportunidades de turismo na África Austral, apresentando novas oportunidades para o desenvolvimento

socioeconómico na SADC, resultando numa integração mais profunda entre os Estados Membros.

Uma vez que todos os países da KAZA fazem parte da KAZA Univisa, espera-se que mais Estados Membros da SADC (Eswatini, Moçambique e África do Sul) se juntem ao sistema Univisa.

Posteriormente, a quarta e última etapa deverá ver todos os restantes países da SADC - República Democrática do Congo, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Seychelles e a República Unida da Tanzânia - aderirem ao sistema de vistos, adoptando assim um Univisa na região da SADC. □

SADC dissolve a RETOSA

OMO PARTE dos seus esforços para renovar o sector do turismo na região, a SADC aprovou planos para deseliminar a Organização Regional de Turismo da África Austral.

Isto está de acordo com as disposições da Carta estabelecendo a RETOSA, e o Conselho da SADC desde então tem orientado ao Secretariado a desenvolver um mecanismo viável que garanta que os objectivos do programa regional de turismo sejam cumpridos e apresentar um relatório ao Conselho na reunião em Agosto, antes da 39ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC marcada para Dar es Salaam, República Unida da Tanzânia.

Após a dissolução da RETOSA e do seu Conselho, o Comité de Altos Funcionários da SADC responsável pelo Turismo foi encarregado de exercer os poderes do Conselho da RETOSA para assegurar que seja capaz de encerrar todas as actividades, programas e projectos da RETOSA.

Estabelecida em 1997 como uma subsidiária da SADC, a RETOSA foi incumbida de um mandato para encorajar e ajudar no desenvolvimento do turismo na região e no mercado da África Austral como um destino turístico único e multifacetado. No entanto, a maioria das metas não foi atingida devido a vários desafios, incluindo falta de capacidade e recursos limitados. □





Avaliação da Situação da Segurança Alimentar na SADC durante a época 2018/2019

por Kizito Sikuka

UMA AVALIAÇÃO regional da segurança alimentar indica que a África Austral tem um défice de cereais de mais de 5,4 milhões de toneladas este ano, após uma campanha agrícola moderada em 2018/2019.

Com base nos 11 Estados Membros da SADC que forneceram balanços de cereais para a época 2018/2019, a avaliação diz que a região produziu cerca de 37,5 milhões de toneladas de cereais em comparação com 42,9 milhões de toneladas na época 2017/2018.

Isto está de acordo com um "Relatório de Síntese sobre o estado da segurança e vulnerabilidade alimentar e nutricional na África Austral" aprovado pelo comité director do programa da Avaliação e Análise da Vulnerabilidade Regional da SADC (RVAA) que se reuniu a 5 de Julho em Windhoek, Namíbia.

Os países que forneceram balanços de cereais para a época 2018/2019 são Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesotho, Malawi, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

O relatório revelou que a produção de cereais na África do Sul, que normalmente representa a maior proporção da produção regional, diminuiu 19 por cento, de 18,7 milhões de toneladas durante a época 2017/18 para 15,1 milhões de toneladas durante a época recém-terminada.

A Zâmbia, que durante os últimos anos contribuiu significativamente para a produção regional de cereais, sofreu uma queda de 14,7% na produção, de 2,6 milhões de toneladas em 2017/18 para 2,2 milhões de toneladas em 2018/19.

A maior queda na produção foi, no entanto, em Botswana, onde a produção de cereais é estimada em 92% durante a época 2018/19, enquanto a Namíbia e Lesotho experimentaram reduções de 53% e 50%, respectivamente.

Os países menos afectados foram Angola e Tanzânia, que registraram decréscimos de 1% e 4%, respectivamente.

O milho representa 80% da produção de cereais na África Austral. Outros cereais importantes são trigo, mexoeira, mapira e arroz.

De acordo com o relatório regional de avaliação da segurança alimentar, o declínio na produção de cereais indica que "estima-se que 41,2 milhões de pessoas em 13 Estados Membros da SADC têm insegurança alimentar este ano."

Os 13 países são Angola, Botswana, RDC, Eswatini, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Os restantes três Estados Membros da SADC - Maurícias, a União de Comores e Seychelles - não forneceram dados sobre a sua segurança alimentar e avaliações de vulnerabilidade, o que significa que o número de pessoas com insegurança

alimentar na região poderia ser maior.

A região da SADC tem uma população de mais de 327 milhões.

"Ao comparar os 11 Estados-Membros que forneceram dados no ano passado e neste ano, a insegurança alimentar aumentou 28%", diz parte do relatório de síntese, acrescentando que o número é "7,4% maior do que durante a seca severa causada pelo El Niño" na época 2016/2017."

Para resolver a situação, os Estados Membros da SADC estão a implementar medidas para apoiar a segurança alimentar, tais como ajudar as populações afectadas com alimentos e providenciar alimentação suplementar de emergência para o gado.

"A Namíbia está respondendo à seca distribuindo ajuda alimentar e insumos agrícolas, bem como a provisão de água para a população afectada", disse Anastácia Amunyela, Directora adjunta da Direcção de Gestão do Riscos de Desastres da Namíbia, na reunião da RVAA da SADC.

Malawi, Moçambique e Zimbabwe estão importando cereais para suplementar os seus reduzidos rendimentos.

A situação dos três países foi agravada pelo impacto do ciclone Idai que atingiu a região em Março.

O ciclone Idai, que foi registado como uma das piores tempestades tropicais a afectar a África e o hemisfério sul, atingiu partes do Malawi, Moçambique e Zimbábue em

Março de 2019 e foi acompanhado por fortes chuvas, ventos e tempestades que destruíram grandes hectares de colheita nos três países.

Outros factores que contribuíram para piorar a baixa colheita na maioria dos Estados Membros da SADC incluem a infestação por lagarta do funil do milho. A este respeito, os países afectados estão activamente monitorando e respondendo ao surto de pragas, bem como às doenças da pecuária e das lavouras.

O Relatório de Síntese sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional e Vulnerabilidade insta os Estados Membros da SADC a avançar para a diversidade de culturas e dietas a médio e longo prazo, através do crescimento e consumo de dietas diversificadas, incluindo alimentos indígenas.

Isto inclui a diversificação de espécies na produção pecuária, especialmente pequenos ruminantes que são adaptados às duras condições climáticas.

Também é necessário melhorar a irrigação, bem como a captação de água da chuva, para permitir que a região trabalhe todo o ano e não dependa apenas das condições climáticas.

O potencial para irrigar terras na região da SADC é vasto, uma vez que a região é imensamente dotada de cursos de água, como os rios Congo, Zambeze e Limpopo.

No entanto, a região da SADC deve melhorar a sua rede de transportes para que os



produtos agrícolas se possam ser movimentados suavemente de um local para outro.

Também é necessário investir em instalações de armazenamento para permitir que os agricultores armazenem as suas colheitas para uso em estações pobres.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, as perdas de alimentos pós-colheita na SADC são estimadas em até 40%.

Espera-se que o “Relatório de Síntese sobre a Situação da Segurança Alimentar e Nutricional e Vulnerabilidade na África Austral seja apresentado ao Conselho de Ministros da SADC e finalmente à 39ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, agendada para 17-18 de Agosto em Dar es. Salaam, Tanzânia.

O sector agrícola é considerado como um motor para o desenvolvimento socioeconómico na maioria dos Estados Membros da SADC, daí o impulso para uma cooperação e colaboração mais profundas para impulsionar a produção e combater a insegurança alimentar.

O relatório de síntese que consolidou os resultados das avaliações de vulnerabilidade dos Estados Membros foi apresentado na reunião anual de divulgação do Programa RVAA, realizada em Windhoek, Namíbia, em Julho.

O objectivo da reunião do programa RVAA da SADC era discutir e consolidar os resultados das avaliações de vulnerabilidade de 2019 e análises feitas pelos Estados Membros.

O Programa RVAA da SADC foi estabelecido em 2005 para fortalecer a capacidade dos Estados Membros para empreender e utilizar avaliações de vulnerabilidade para informar a formulação de políticas e intervenções de emergência que podem levar a uma redução da vulnerabilidade na região.

A primeira fase do Programa RVAA da SADC, que decorreu entre 2005 e 2011, procurou informar abordagens mais abrangentes para combater a insegurança alimentar, incluindo redes de segurança e protecção social.

A segunda fase cobriu o período 2012-2016 e concentrou-se na expansão do escopo do

programa para incluir áreas urbanas e questões crónicas de pobreza, como género, HIV e SIDA, e mudanças climáticas, bem como influenciar políticas e programas.

A actual fase do Programa RVAA da SADC, que abrange o período 2017-2021, procura consolidar os ganhos das fases anteriores, ao mesmo tempo que alarga o programa para cobrir a vulnerabilidade crónica, contribuindo para os meios de subsistência resilientes ao clima e enfrentando os desafios da institucionalização e capacitação de comités nacionais.

Desde a sua criação, o Programa RVAA da SADC fez progressos significativos no

fornecimento de informação oportuna e credível que influenciou a política, e os seus produtos são agora um ponto de referência vital para os responsáveis pela tomada de decisão na resolução de problemas de segurança alimentar e nutricional.

Um dos principais objectivos do Programa RVAA da SADC é o fornecimento atempado de informação de vulnerabilidade credível, ao mesmo tempo que desenvolve capacidades para satisfazer as crescentes necessidades de informação dos governos e parceiros para a programação de desenvolvimento e resposta de emergência. *sardc.net*

Balanco e produção de Cereais						
	Época 2019/20 Balanco de Cereis			Produção de Cereais		
	Necessário	Disponível	Défice / Excedente	2018	2019	
	'000 toneladas	'000 toneladas	'000 toneladas	'000 toneladas	'000 toneladas	% variação de 2018 para 2019
Angola	4,879	3,748	-1,132	3,609	3,570	-1.07
Botswana	300	37.756	-262	66	5.4	-91.83
DR Congo					3,200	
Eswatini	167.88	96.77	-71	112	95.3	-14.99
Lesotho	375.07	87.83	-287	75	37.5	-50.27
Madagáscar						
Malawi				3,027	2,700	-10.81
Moçambique				3,174		
Namíbia	351.2	200.5	-151	153	71.5	-53.24
África do Sul	15,524	19,607	4,083	18,701	15,137	-19.06
Tanzânia	8,754	9,007	253	9,386	9,008	-4.03
Zâmbia	5,225	4,337	-888	2,598	2,217	-14.66
Zimbabwe	2,204	1,443	-761	1,994	1,443	-27.64
SADC	37,780	38,565	784	42,895	37,485	



Fortalecimento da Prontidão e Resposta aos Desastres

por Kumbirai Nhongo

A SADC está acelerando o estabelecimento de um mecanismo regional para fortalecer a prontidão e resposta aos desastres após dois ciclones tropicais que deixaram rastros de destruição e afectaram a subsistência em partes da região.

O ciclone Idai atingiu o centro e sul de Moçambique, o sul do Malawi e o leste do Zimbabwe em Março, causando graves inundações e destruindo infraestruturas e grandes extensões de terras agrícolas nos três Estados Membros.

Estima-se que três milhões de pessoas nos três Estados-Membros foram afectadas pelo ciclone Idai, que foi registado como uma das piores tempestades tropicais que alguma vez afectou a África e o hemisfério sul.

O ciclone custou centenas de vidas e deixou um rasto de destruição nos três países, incluindo infraestruturas importantes como estradas, pontes, escolas e clínicas.

Antes que a região pudesse se recuperar do impacto da tempestade tropical, o norte de Moçambique e as Comores foram atingidos pelo ciclone Kenneth, que também deixou um rasto de destruição.

De acordo com a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomona Lawrence Tax, os efeitos dos Ciclones Idai e Kenneth "apontam para uma necessidade urgente de reforçar a nossa preparação e resposta coordenada e atempada."

"A este respeito, a região levou a sério as lições aprendidas com os impactos devastadores destes ciclones e as medidas para operacionalizar o Mecanismo

de Preparação e Resposta a Desastres da SADC estão em curso", disse o Dr. Tax durante a 21ª Reunião do Comité Ministerial do Órgão (MCO) de Cooperação Política, Defesa e Segurança, realizada em Lusaka, Zâmbia, a 19 de Julho.

Ela disse que as medidas propostas "incluem a operacionalização do Fundo de Prontidão e Resposta aos Desastres da SADC, que anda de mãos dadas com uma estratégia de mobilização de recursos e um plano de sustentabilidade".

Espera-se que o proposto Fundo de Prontidão e Resposta aos Desastres da SADC crie um conjunto de recursos, a partir dos quais a região pode rapidamente mobilizar fundos no caso de os Estados Membros experimentarem um desastre natural ou uma situação de emergência.

O fundo regional destina-se a complementar os orçamentos dos Estados-Membros para a preparação e resposta a desastres, uma vez que os governos nacionais continuam a ser os primeiros a responder às situações locais de emergência.

Espera-se que o fundo esteja funcional até o final de 2019; as modalidades do seu funcionamento ainda estão sendo desenvolvidas.

Tomar as medidas adequadas para prevenir, reduzir e responder ao impacto dos desastres tornou-se uma questão crucial para a África Austral na sequência de um aumento no número de perigos naturais que afectam a região.

Perigos naturais como secas, cheias, ciclones e terremotos ocasionais ocorrem na África Austral e os impactos continuam a ameaçar os meios de

subsistência e o desenvolvimento socioeconómico.

Para enfrentar a crescente vulnerabilidade, a região aprovou a Estratégia de Prontidão e Resposta aos Desastres da SADC 2016-2030.

A estratégia foi adotada pelos ministros responsáveis pela gestão do risco de desastres em Novembro de 2016 e visa fortalecer o mecanismo de prontidão e resposta para o aviso prévio, bem como a recuperação de desastres na região até 2030.

Para reforçar o planeamento de prontidão e resposta aos desastres, a Dra. Tax revelou que existem planos para estabelecer o Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC (SHOC).

Espera-se que o SHOC coordene a prontidão regional e as respostas aos desastres.

Além disso, a SADC planeia desenvolver e operacionalizar um banco de dados regional para registar

perdas de desastres através da operacionalização de um Sistema Regional de Gestão de Informações do Risco de Desastres.

Outras medidas incluem o desenvolvimento de Procedimentos Operacionais Padronizados para operações de alívio e recuperação; a criação de uma Lista Regional de Emergência sob a qual os Estados Membros contribuirão com recursos humanos para os esforços humanitários regionais; e o mapeamento de áreas propensas a desastres e recursos disponíveis.

"Estas ferramentas serão complementadas com a activação do Plano de Operações de Contingência da SADC para aviso prévio e da Força de Prontidão da SADC," disse a Dra. Tax.

O Secretariado está mapeando toda a cadeia de valor da gestão de desastres, com vista a implementar um mecanismo de resposta abrangente e bem coordenado, acrescentou. □

Resposta esmagadora para as vítimas do ciclone

HOUVE UMA resposta esmagadora ao Apelo Humanitário Regional lançado pela SADC em Abril, com a mobilização de mais de 204 milhões de dólares norte-americanos até meados de Julho.

A SADC lançou um apelo internacional de 323 milhões de dólares para ajudar as vítimas a lidar com o impacto do ciclone Idai que afectou partes do Malawi, Moçambique e Zimbabwe em Março.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomona Lawrence Tax, disse que através do apelo regional, "combinado com os Recursos Humanitários Nacionais, um montante de 204 milhões de dólares norte-americanos foi angariado para os países afectados".

"Permitam-me que agradeça aos governos e cidadãos da SADC na Diáspora, bem como às organizações e parceiros nacionais, regionais e internacionais que forneceram e continuam a prestar apoio aos Estados Membros e comunidades afectados", afirmou a Dra. Tax durante a 21ª Reunião do Comité Ministerial do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança, realizado em Lusaka, Zâmbia, a 19 de Julho. □

SADC é parceiro do BAD no fortalecimento da capacidade de desenvolvimento de infraestruturas

por Kumbirai Nhongo

O **SECRETARIADO** da SADC estabeleceu uma parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento para fortalecer a capacidade dos Estados Membros na preparação de projectos para melhorar os esforços de mobilização de recursos para o desenvolvimento de infraestruturas regionais.

Como parte dos esforços para acelerar a implementação do Plano Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas (RIDMP), o Secretariado e o BAD organizaram um seminário em Junho para capacitar os funcionários dos 16 Estados Membros da SADC a desenvolver fichas detalhadas de projectos.

Uma ficha de projecto é um documento que fornece informações a possíveis financiadores, investidores e outras partes interessadas sobre um determinado projecto, incluindo a localização, custo estimado, situação de implementação, riscos potenciais e lacunas de financiamento.

A Directora da Infraestruturas da SADC, Mapolao Mokoena, disse que a parceria com o BAD é fundamental no apoio ao impulso da região para acelerar a implementação de projectos de infraestruturas, dado o défice de infraestruturas prevalecente na África Austral.

Ela disse que as fichas de projecto fornecidas pelos Estados Membros ajudaram a informar o desenvolvimento de uma lista de projetos prioritários que orientarão as iniciativas de desenvolvimento de infraestruturas regionais em curso.

O RIDMP identifica vários projectos prioritários dentro de seis sectores - transportes, energia, água, tecnologia de

informação e comunicação, meteorologia e turismo.

A implementação do RIDMP está a ser feita em três fases, abrangendo o Plano de Acção de Curto Prazo (STAP) 2012-2017, o Plano de Acção de Médio Prazo até 2022, e o Plano de Acção de Longo Prazo a ser implementado até 2027.

As conclusões preliminares de um estudo encomendado pelo Secretariado da SADC e conduzido pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) sobre a implementação do Plano de Acção de Curto Prazo mostram que a maioria dos projectos de infraestruturas estão atrasados.

O projecto de relatório da avaliação foi apresentado aos Estados-Membros e outras partes interessadas para validação durante um seminário realizado em Joanesburgo, África do Sul, de 17 a 21 de Junho.

A meta do Plano de Acção de Curto Prazo era implementar 98 projectos regionais de infraestrutura avaliados em 64,3 bilhões de dólares norte-americanos.

No entanto, as conclusões do relatório mostram que a região está atrasada, com apenas cinco por cento dos projectos visa dos sendo totalmente implementados.

O estudo aponta para o ritmo lento da implementação dos projectos de infraestruturas da SADC, uma situação que tem o efeito adverso de alargar a lacuna de infraestruturas na região.

A avaliação atribui esta estagnação, em parte, ao facto de os Estados Membros da SADC enfrentarem um desafio de competências e capacidades na preparação de propostas de projectos bancáveis que possam atrair financiamento para projectos de infraestruturas. O estudo constatou que cerca de

70% dos projectos planeados para a fase de curto prazo do plano regional de infraestruturas não haviam garantido os recursos financeiros necessários, principalmente devido à falta de capacidade para empacotar propostas bancárias.

Espera-se que a formação de funcionários dos Estados-Membros no desenvolvimento de fichas detalhadas de projectos, conduzida pelo BAD, reforce a capacidade da região para acelerar a implementação dos projectos do RIDMP.

Prevê-se que à medida que o pipeline de projectos financeiros aumente, a região da SADC estará em melhor posição para atrair financiamento para os seus projectos prioritários de infraestruturas.

Ao desenvolver fichas de projecto, os Estados Membros foram aconselhados a priorizar projectos de infraestruturas que gerassem os benefícios económicos e sociais desejados da maneira mais eficiente, devido aos recursos limitados disponíveis.

Um grande desafio destacado durante o seminário foi um conflito de prioridades entre

projectos regionais e nacionais, com os Estados-Membros a optar por aqueles que têm um maior impacto interno em detrimento dos que têm um carácter transfronteiriço.

No entanto, um canal de projecto preferido deve abordar as prioridades estratégicas nacionais e regionais.

Foi acordado que os Estados Membros devem acelerar o alinhamento de projectos regionais com as prioridades nacionais estratégicas.

Mokoena disse que o Secretariado da SADC, em parceria com o BAD, priorizou 62 projectos regionais para implementação na próxima fase do plano regional de infraestruturas.

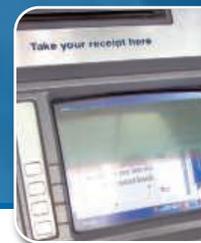
Espera-se que este número aumente à medida que uma massa crítica para a preparação de projectos bancáveis seja criada dentro da região.

O seminário do RIDMP contou com a presença de funcionários e especialistas dos Estados Membros da SADC, do Banco de Desenvolvimento da África Austral e representantes de vários parceiros internacionais de cooperação. □

O PLANO Director Regional de Desenvolvimento de Infraestruturas da SADC (RIDMP) é a estratégia regional acordada para o desenvolvimento integrado de infraestruturas regionais na África Austral, a um custo estimado de 500 mil milhões de dólares norte-americanos para satisfazer a demanda projectada até 2027.

A decisão histórica de aprovar o RIDMP em 2012, na Cimeira da SADC realizada em Maputo, Moçambique, foi informada pela perspectiva de que o desenvolvimento e manutenção de infraestruturas é um facilitador para uma integração regional acelerada, desenvolvimento económico, industrialização e comércio.

No âmbito deste ambicioso plano, a SADC pretende desenvolver infraestruturas transfronteiriças nas seis áreas prioritárias de energia, transportes, turismo, água, tecnologia de informação e comunicação e meteorologia. □



Agenda de integração regional da SADC em curso... m

por Kizito Sikuka

A SADC fez progressos significativos no sentido de alcançar a sua visão de uma região unida, próspera e integrada.

Isto foi dito pelo Presidente da SADC, Presidente Hage Geingob, da Namíbia, quando apresentava um relatório sobre a situação da integração regional na SADC durante a abertura da Reunião de Coordenação das Comunidades Económicas da União Africana (UA) - realizada nos dias 7-8 de Julho em Niamey, Níger.

“A nossa análise da situação da integração na SADC revela que a implementação progrediu bem, apesar de alguns desafios”, afirmou o Presidente Geingob.

Ele disse que alguns dos principais marcos registados pela SADC incluem o lançamento de uma Área de Comércio Livre (ACL) em Agosto de 2008.

A ACL da SADC, que abrange 12 Estados Membros, permitiu um aumento do comércio Intraregional na SADC para mais de 22 por cento do Produto Interno Bruto colectivo, em comparação com os cerca de 16 por cento do período pré-ACL.

Além disso, o lançamento do ACL da SADC permitiu aos consumidores da região obter melhores produtos a preços mais baixos devido ao aumento da produção, enquanto os produtores se beneficiam do comércio isento de tarifas para todos os produtos originários da região.

O principal objectivo do ACL da SADC é promover o movimento suave de bens e serviços através das fronteiras, bem como encorajar os Estados Membros a harmonizar as políticas comerciais para promover a concorrência igual e o aumento do comércio.

Outra conquista para a SADC é o estabelecimento de um sistema de pagamentos regional para liquidar as transações transfronteiriças mais rapidamente sem ter que depender de bancos intermediários de fora da região.

Vulgarmente conhecido como Sistema de Liquidação Bruta em Tempo Real da SADC, o sistema foi estabelecido em Julho de 2013 e testado em quatro países - Eswatini, Lesotho, Namíbia e África do Sul.

O sistema está agora operacional em 14 Estados Membros da SADC e apenas Madagáscar e a União das Comores não estão a participar.

“O Sistema de Liquidação transfronteiriça Bruta em Tempo Real da SADC melhorou a eficiência e reduziu os custos de transação”, disse o Presidente Geingob.



Ele disse que o sistema “teve um desempenho impressionante com a participação de 81 bancos e mais de 1,2 milhões de transações liquidadas até o final de 2018, representando 5,21 triliões de Rands (cerca de 373,5 biliões de dólares norte-americanos) no comércio Intraregional da SADC”.

Na frente da energia, a criação do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) forneceu uma plataforma para as concessionárias de energia da região partilharem a electricidade entre fronteiras, permitindo assim que os países façam a gestão dos seus excedentes e défices de energia.

Todos os Estados Membros da SADC continental, com excepção de Angola, Malawi e Tanzânia, estão interligados à rede regional através do SAPP, permitindo-lhes negociar electricidade.

Os estados insulares de Comores, Madagáscar, Maurícias e Seychelles ainda não são membros do SAPP.

A região tem testemunhado um investimento significativo em fontes de energia renováveis e não renováveis, um desenvolvimento que viu vários projectos de produção e transmissão de energia sendo implementados durante a última década.

Esse investimento levou ao aumento da capacidade de produção na região, que enfrenta défices de energia desde 2007.

No que diz respeito à paz e segurança, a região permaneceu praticamente estável e continua a implementar medidas para promover e reforçar a sua estabilidade.

Por exemplo, como parte dos Princípios da Boa Governança e Democracia, os Estados Membros da SADC foram encorajados a aderir aos Princípios e Directrizes Revistos da SADC que Governam Eleições Democráticas, que fornecem uma estrutura normativa de revisão de pares para medir a adesão às melhores práticas universais padronizadas em relação a condução de eleições e, em última análise, a prevenção de conflitos relacionados com as eleições.

A este respeito, desde a adopção dos Princípios e Orientações da SADC sobre as Eleições Democráticas, a região implementou com sucesso as Missões de





as ainda há muito por fazer

Observação Eleitoral da SADC (SEOM) para observar as eleições nos Estados Membros.

Só em 2018 e 2019, as SEOMs foram implantados até agora na República Democrática do Congo, no Reino de Eswatini, em Madagáscar, no Malawi, na África do Sul e no Zimbábue.

A mobilização das SEOMs, apoiada pelo Conselho Consultivo Eleitoral da SADC, contribuiu, de modo geral, para a maior credibilidade dos processos eleitorais nos Estados Membros e para o aprofundamento da democracia na região.

O Presidente Geingob, que entregará a presidência da SADC ao seu homólogo, Presidente John Pombe Joseph Magufuli, da República Unida da Tanzânia, na 39ª Cimeira da SADC, nos dias 17-18 de Agosto em Dar es Salaam, disse que a Força de Prontidão da SADC reforçou a capacidade de defesa coletiva e resposta rápida a ameaças da segurança na região e em África.

Criada em 2007, a Força de Prontidão da SADC assumiu com sucesso as funções de escala da Força de Prontidão Africana (ASF) de 1 de Janeiro de 2019 a 30 de Junho de 2019.

A assunção dos deveres da lista de prontidão da ASF implicou que a Força de Prontidão da SADC tivesse a responsabilidade primária de ser a primeira a responder a situações de conflito no continente, fornecendo uma capacidade de implementação rápida.

A ASF é uma ferramenta importante da arquitetura africana de paz e segurança para a prevenção, gestão e resolução de conflitos no continente.

A ASF tornou-se totalmente operacional em 2016 e baseia-se em arranjos de prontidão entre as cinco sub-regiões da África - Norte da África, África Oriental, África Central, África Ocidental e África Austral. As regiões concordaram em liderar o ASF numa base rotativa semestral.

Sobre a integração do género na paz e segurança, a SADC desenvolveu um quadro regional que servirá como um guia sobre a integração do género nos sistemas e processos regionais de paz e segurança.

O Presidente Geingob disse que, apesar destas conquistas, vários desafios continuam a dificultar a capacidade da SADC de tornar os benefícios de pertencer a uma comunidade partilhada na África Austral e agradável para todos os seus cidadãos.

"Alguns planos e compromissos são irrealistas ou não são totalmente propriedade dos Estados-Membros. Isso afeta negativamente a implementação dos planos e a realização final dos marcos definidos. Precisamos, portanto, de assegurar que os planos sejam realistas e que todos os Estados Membros sejam totalmente consultados e subscrevê-los", disse ele.

Outro desafio é a participação múltipla e sobreposta de várias CER pelos Estados Membros da SADC.

Vários Estados Membros da SADC pertencem a mais de uma CER, uma situação que levou a conflitos de lealdade e confusão de compromisso, impedindo assim o progresso da integração em África.

Contudo, a questão da sobreposição de membros está a ser resolvida pela operacionalização da Área de Comércio Livre do COMESA-EAC-SADC e com a criação da Área Continental de Comércio Livre Africano, cuja fase operacional foi oficialmente lançada a 7 de Julho.

Outro obstáculo a uma integração regional mais forte é a participação limitada em programas regionais por parte de actores não estatais, incluindo o sector privado, a sociedade civil e a mídia.

"Precisamos efectivamente integrar o sector privado como um parceiro crítico para a integração regional", disse Geingob, acrescentando que "a falta de priorização e implementação de planos e actividades que promovam a integração regional" é outro desafio que deve ser enfrentado se a SADC quiser alcançar uma integração mais profunda.

Ele disse que, para enfrentar esses desafios, a região também "buscou uma abordagem desenvolvimentista para a integração focada na cooperação sectorial".

Esta abordagem de desenvolvimento tem como premissa quatro áreas prioritárias interdependentes, que estão alinhadas com a Agenda 2063 da União Africana. Estas áreas prioritárias são:

- Desenvolvimento Industrial e Integração do Mercado;
- Desenvolvimento de Infraestruturas em Apoio à Integração Regional;
- Cooperação para a Paz e Segurança; e
- Programas Especiais de uma Dimensão Regional.

A primeira Reunião de Coordenação das CER-UA procurou capacitar as CERs na África para dar uma olhada crítica no progresso feito na implementação e cumprimento dos objectivos das suas agendas de integração, bem como proporcionar uma oportunidade para fazer um balanço das sinergias entre as actividades da CERs e a agenda e programas da UA.

A UA é composta por oito CERs. Estas são a União do Magrebe Árabe, Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados Sahel-Saharianos, Comunidade da África Oriental (EAC), Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e SADC.

As CERs são os alicerces essenciais da proposta Comunidade Económica Africana (CEA) prevista para estar em vigor até 2028.

O objectivo geral da CEA é promover a cooperação e o desenvolvimento em todos os aspectos da actividade humana, com vista a elevar o padrão de vida das pessoas em África, mantendo a estabilidade económica e estabelecendo uma relação próxima e pacífica entre os Estados Membros. *sardc.net*



Protocolo Regional sobre o Tráfico de Pessoas

por Nyarai Kampilipili

UM PROTOCOLO regional sobre o tráfico de pessoas está a ser desenvolvido pelo Secretariado para reduzir o vício que está a aumentar na SADC.

O Tráfico de Pessoas (TIP) está entre os crimes organizados que mais crescem no mundo e a SADC está intensificando esforços para responder a isso.

O TIP normalmente envolve o movimento ilegal de um indivíduo em um país para fins de exploração.

Os traficantes aproveitam as vulnerabilidades criadas por vários factores, incluindo pobreza, instabilidades de conflito e pós-conflito, desigualdade de género, desemprego, instabilidade económica e uma falta generalizada de oportunidades.

As vítimas, na maioria mulheres e crianças, são muitas vezes induzidas a deixar as suas casas com falsas promessas de emprego, mas depois são submetidas a exploração sexual, trabalho forçado, escravidão ou até a remoção de órgãos do corpo.

O modus operandi usado pelos sindicatos inclui anúncios falsos em jornais para empregos em cidades ou outros países.

Em outros casos, crianças pequenas são sequestradas e vendidas para trabalhar em fábricas, plantações ou doces; os jovens são forçados a trabalhar em mercados de trabalho, como a agricultura e a indústria têxtil, por pouco ou nenhum pagamento; e bebês ou crianças muito novas são roubadas ou compradas para adopção ilegal.

Para enfrentar estes desafios, os países da SADC estão a reforçar os seus quadros legais para combater o tráfico de pessoas e garantir que os cidadãos não sejam vítimas de tais actividades criminosas.

Como tal, o Secretariado da SADC está a desenvolver um

protocolo regional que lida especificamente com as questões do TIP.

O apelo para o desenvolvimento do protocolo TIP foi feito pelo Comité Ministerial da SADC do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança na sua reunião realizada em Julho de 2017 em Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia.

O Secretariado disse em Maio durante a reunião dos Altos Funcionários da SADC e Ministros do Género realizada em Windhoek, Namíbia, que o processo para elaborar um protocolo regional sobre o TIP está agora numa fase avançada.

O protocolo será acompanhado por orientações sobre Monitoria e Relatório de

TIP, que serão usadas para medir a implementação do protocolo.

Desde o início de um programa de combate ao tráfico de pessoas pela SADC em 2013, foram realizados vários feitos.

Os marcos incluem a assistência aos Estados Membros da SADC para desenvolver os seus planos de acção nacionais, bem como as directrizes de identificação das vítimas, regulamentos de implementação e mecanismos de referência de procedimentos operacionais padronizados.

A capacidade de responder ao TIP também melhorou através do treinamento de policiais, bem como dos profissionais da mídia e da justiça criminal.

Um total de 14 países da SADC tomaram medidas para

abordar a questão do tráfico de pessoas e criaram estruturas anti-tráfico que ajudam no apoio às vítimas do tráfico.

Estes são Angola, Botswana, Eswatini, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Uma publicação recente da SADC sobre Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas: Lições da região da SADC destaca esforços dos Estados Membros no fortalecimento do apoio e protecção às vítimas através de assistência alimentar, vestuário, abrigo, alojamento seguro, aconselhamento, apoio psicológico e assistência médica e se necessário, hospitalização. □

SADC lança publicação sobre empoderamento económico de mulheres

O MONITOR de Género e Desenvolvimento da SADC 2018 - agora na sua sétima edição - será lançado à margem da 39ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC agendada para Agosto em Dar es Salaam, na República Unida da Tanzânia.

A publicação apresenta um relato do progresso feito no sentido da implementação de compromissos regionais para alcançar igualdade e equidade de género, em linha com o Protocolo revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento, com enfoque no empoderamento económico e Orçamento Sensível ao Género.

De acordo com a publicação, os Estados Membros da SADC fizeram progressos consideráveis na promulgação de leis e políticas nacionais para o avanço económico de mulheres e homens na região.

No entanto, existe uma discórdia geral que ainda há entre o direito estatutário e consuetudinário, que é uma desvantagem para o progresso.

A publicação também mostra que as mulheres, em relação aos homens, estão amplamente engajadas no trabalho não remunerado de cuidados e os múltiplos papéis que as mulheres desempenham não são amplamente reconhecidos pela lei, um fardo que deve ser partilhado.

Algumas das opções políticas oferecidas pela publicação incluem a necessidade dos Estados Membros da SADC considerarem a integração efectiva do Orçamento Sensível ao Género em todas as actividades, programas e projectos socioeconómicos.

O Monitor de Género e Desenvolvimento da SADC 2018 foi produzido pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC) em nome do Secretariado da SADC através da informação fornecida pelos Estados Membros através do Mecanismo de Avaliação e Monitoria do Género.



Nova Chefe do Fórum Parlamentar da SADC pronta para avançar com a integração regional

por Thenjiwe Ngwenya

A **NOMEAÇÃO** de Boemo Sekgoma como a primeira mulher a dirigir o Fórum Parlamentar da SADC assinala mais um passo no sentido da representação igual de mulheres e homens em cargos políticos e outros cargos de tomada de decisão na África Austral.

Sekgoma foi nomeada como Secretária-Geral do Fórum Parlamentar (FP) da SADC na 45ª Sessão da Assembleia Plenária realizada em Maputo, Moçambique, em Julho.

Antes da sua nomeação, ela era a Secretária-Geral Interina desde Junho de 2018, após a saída de Esau Chiviya, que dirigia o Fórum desde Julho de 2009.

“Estou determinada a continuar a servir os órgãos institucionais do Fórum”, disse ela, acrescentando que “estou empenhada em fazer da SADC um lugar melhor através do desenvolvimento parlamentar”.

Uma das suas principais tarefas no comando do FP da SADC é supervisionar a sua transformação num parlamento regional.

Isto segue o apoio de alto nível dos líderes na 38ª Cimeira da SADC, realizada na Namíbia em Agosto de 2018, para avançar com o estabelecimento de um parlamento regional como uma instituição integral para impulsionar a agenda de integração regional.

O Conselho de Ministros da SADC, que se reuniu em Março de 2019, criou um Grupo de Trabalho para fazer uma análise da estrutura, funções e estrutura legal



governamental do parlamento regional proposto e apresentar as suas conclusões para consideração quando o

Conselho se reunir novamente em Dar es Salaam, República Unida da Tanzânia, em Agosto, antes da 39ª Cimeira da SADC.

Com o tema “Um Ambiente Propício para o Desenvolvimento Industrial Inclusivo e Sustentável, Maior Comércio Intraregional e Criação de Emprego”, a 39ª Cimeira da SADC irá deliberar sobre uma vasta gama de assuntos, incluindo a revisão do progresso feito para alcançar a visão de longo prazo de uma região unida, próspera e integrada.

A proposta de criação do Parlamento Regional da SADC proporcionará uma instituição representativa para os cidadãos da SADC, servindo assim como um interlocutor válido para as necessidades e desejos do público em geral.

O Executivo já é o principal impulsionador da integração regional através de instituições inter-governamentais de altos funcionários, ministeriais ou Chefes de Estado e de Governos.

O Judiciário foi representado através do Tribunal da SADC, agora suspenso, mas em breve reconstituído, cuja função principal é garantir o cumprimento e resolução de disputas relacionadas à interpretação e aplicação do Tratado da SADC e instrumentos legais subsidiários.

Um elo que faltava seria, portanto, o do Legislativo, cujo papel central seria liderar a domesticação da política regional e das obrigações legais delineadas no Tratado da SADC e vários protocolos sectoriais.

A transformação do FP da SADC num Parlamento Regional está em cima da mesa desde 2004, mas o processo e os planos não foram claramente definidos até ao ano passado.

O fórum é uma instituição autónoma da SADC criada em 1997 como um órgão interparlamentar regional composto por 14 parlamentos nacionais, representando mais de 3.500 parlamentares na África Austral.

Os parlamentos membros são Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesotho, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Contudo, o fórum não foi capaz de contribuir plenamente para a formulação de políticas que é importante para a integração regional porque o seu papel formal nos assuntos da SADC não foi totalmente reconhecido, nem o seu trabalho alimenta directamente a agenda do órgão intergovernamental.

Isto fez com que os parlamentos nacionais iniciassem um processo ao longo dos anos para forjar uma relação de trabalho com o Secretariado da SADC para criar espaço para os parlamentares participarem mais formalmente nos processos de integração regional.

A este respeito, a sua transformação num parlamento regional ajudará a colmatar o fosso entre os cidadãos da África Austral e os processos de integração regional.

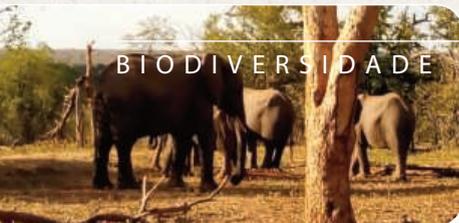
A Assembleia Plenária do FP da SADC é o mais alto órgão de decisão do Fórum, que compreende os Presidentes ou Chefes de Bancadas e os Parlamentares que foram designados pelas suas instituições nacionais para participarem ao nível do Fórum.

A recém-eleita liderança do FP da SADC, reunida para a sua 45ª Sessão da Assembleia Plenária realizada em Maputo, Moçambique, em Julho, concordou que a transformação num parlamento regional continua a ser uma das principais prioridades do fórum.

A Presidente do FP SADC, Veronica Macamo Dlhovo, que é a Presidente da Assembleia República de Moçambique, disse que o fórum irá em breve convocar uma reunião urgente para discutir como tornar realidade a sua transformação num parlamento regional.

A 45ª Sessão da Assembleia Plenária, que foi oficialmente aberta pelo Presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, decorreu sob o tema “Mudanças Climáticas, Mitigação e Adaptação: O Papel dos Parlamentos, Rumo à Implementação da Declaração de Paris e o Roteiro de Katowice”. *sardc.net*





Pressão para a remoção da proibição do comércio de marfim

AS CIMEIRAS sobre elefantess, realizadas em Botswana e Zimbabwe nos últimos meses, concordaram em procurar a remoção da proibição do comércio de marfim para permitir que as comunidades se beneficiem dos recursos.

Este foi um dos resultados da Cimeira da União Africana sobre a Fauna Bravia e Vida Selvagem, realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, em Junho.

Em Maio, a Cimeira de Kasane sobre Elefantes fez um apelo semelhante de cinco Estados Membros da SADC - Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe.

Apesar de vários apelos e consenso entre a maioria dos países da região para suspender a proibição do comércio de marfim, a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) manteve as restrições.

A CITES, que é um acordo internacional que visa garantir que o comércio internacional de espécimes de animais e plantas selvagens não ameace a sua sobrevivência, argumenta que a proibição ainda é necessária para proteger da extinção os elefantes e outros animais selvagens, como os rinocerontes.

Esta restrição é, no entanto, um revés para os Estados Membros da SADC, uma vez que a proibição do comércio de marfim corroe seriamente a base de receitas para a conservação da vida selvagem e pode levar ao aumento de casos

de caça furtiva, uma vez que as comunidades não beneficiam dos rendimentos do comércio de marfim.

Falando na Cimeira da UA-ONU sobre Economia da Vida Selvagem, o Presidente do Zimbabwe, Emmerson Mnangagwa, disse que enquanto a África Austral continua orientada pelos princípios da utilização sustentável da vida selvagem, a região continua pedindo o livre comércio de produtos de caça para criar um equilíbrio entre conservação e utilização sustentável dos recursos da vida selvagem pelas comunidades locais.

“Estamos muito preocupados com a abordagem de tamanho único, em que a proibição do comércio está se infiltrando nos processos de tomada de decisões da CITES”, disse ele.

Os países da África Austral argumentam que a mudança para manter e reforçar a proibição mundial do comércio de marfim resultou num boom da população de elefantes, que agora cresceu muito acima da capacidade de suporte das florestas da região.

Por exemplo, a população de elefantes no Zimbabwe está se aproximando a 100.000, o que é quase três vezes superior a sua capacidade de sustentabilidade.

Noutros Estados Membros da SADC, como a Namíbia e a África do Sul, a população de elefantes é superior a 22.500 e cerca de 20.000, respectivamente. Segundo a CITES, a África Austral tem o maior número de

elefantes em África, cerca de 350.000, o dobro da África Oriental, onde estima-se que 166.500 elefantes, principalmente na República Unida da Tanzânia, também façam parte da SADC.

Embora as populações de elefantes na África Austral estejam no Apêndice II, o que significa que o comércio comercial de espécies é permitido, os países da região não se beneficiaram dos programas de conservação sustentáveis bem-sucedidos lançados durante as últimas décadas.

As populações de elefantes do Botswana, Namíbia e Zimbabwe foram transferidas do Anexo I para o II em 1997, enquanto as populações da África do Sul foram transferidas no ano 2000.

O Apêndice I lista as espécies que estão ameaçadas de extinção, enquanto aquelas no Apêndice II não são necessariamente ameaçadas e o comércio comercial é permitido sob certas condições. Em 1989, a CITES proibiu o comércio internacional de marfim, mas depois permitiu que o Botswana, Namíbia, África do Sul e Zimbabwe vendessem alguns estoques do seu marfim para o Japão, totalizando mais de 150 toneladas em 1997 e 2002.

A decisão foi tomada em reconhecimento do facto de que algumas populações de elefantes da África Austral são saudáveis e bem geridas.

O utras vendas nesses países ocorreram em 1999 e 2008 e renderam cerca de 20 milhões de dólares norte-americanos para programas de conservação de elefantes e desenvolvimento

comunitário dentro e ao redor das áreas de distribuição de elefantes. No entanto, desde 2008, houve uma moratória de nove anos ou proibição temporária na venda de marfim, que deveria terminar em 2017, mas nenhum estoque foi vendido até agora.

De acordo com uma declaração divulgada após a Cimeira sobre Economia da Vida Selvagem, as comunidades locais são a “linha de frente da defesa na protecção dos recursos naturais e no combate ao comércio ilegal de vida selvagem”, portanto, devem se beneficiar dos seus recursos.

A Diretora Executiva Adjunta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Joyce Msuya, disse que a participação das comunidades locais na cimeira é um passo positivo na mudança para uma economia sustentável de vida silvestre para a África.

“Quando as comunidades que vivem mais perto da vida selvagem têm um papel e uma participação clara na gestão da natureza, elas têm um incentivo mais forte para conservá-la”, disse ela.

Espera-se que a África Austral faça novos apelos à remoção da proibição do comércio de marfim na próxima 18ª reunião da Conferência das Partes da CITES agendada para Agosto em Genebra, Suíça.

A Cimeira sobre a Economia da Vida Selvagem, que foi realizada sob o tema “Comunidades para Conservação, Aproveitando o Turismo de Conservação e Apoiando os Governos”, é a primeira desse tipo no continente africano. □





Acordo entre a SADC e a Interpol pronto para assinatura

A SADC e a Organização Internacional de Polícia finalizaram um acordo revisto para fortalecer a cooperação entre as duas organizações em áreas de aplicação da lei e justiça criminal.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que o acordo revisto está agora pronto para assinatura.

“O acordo ajudará na criação de uma plataforma ideal para a colaboração entre a SADC e a Interpol e o apoio à aplicação da lei no combate ao crime organizado transnacional”, disse ela.

Espera-se que o acordo revisto estabeleça uma estrutura para a cooperação policial operacional entre a SADC e a Interpol, e determine as funções do secretariado que podem ser prestadas, em nome da SADC, à Organização de Cooperação dos Chefes das Polícias da África Austral (SARPPCO) pela Interpol através da sua regional em Harare.

Nos termos do acordo existente, que foi assinado em 2011, o Escritório Regional da

Interpol tem auxiliado na coordenação das operações e investigações conjuntas da SARPPCO, e outras actividades voltadas para a prevenção e combate ao crime.

A SARPPCO é a força primária na África Austral para a prevenção e combate ao crime transfronteiriço.

Ela foi formada em 1995 no Zimbabwe e estabeleceu-se

Combate ao terrorismo na SADC

A SADC desenvolveu medidas para enfrentar as ameaças emergentes do terrorismo, que ameaçam minar a paz e a estabilidade na região.

A Estratégia Regional contra o Terrorismo da SADC e um Plano de Acção foram apresentados ao 21º Comité Ministerial do Órgão da SADC sobre a Cooperação Política, Defesa e Segurança, realizado em Lusaka, Zâmbia, a 19 de Julho, para análise.

Espera-se que a estratégia e o plano de acção sejam enviados ao Conselho de Ministros da SADC e finalmente à 39ª

reunião dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, agendada para 17-18 de Agosto em Dar es Salaam, na Tanzânia, para aprovação final.

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que o terrorismo é uma questão de grande preocupação na região da SADC, por isso requer esforço conjunto para enfrentar o desafio.

“A gravidade do terrorismo, a sofisticação e a natureza transfronteiriça do crime organizado transnacional exigem esforços conjuntos e uma forte colaboração entre os Estados

farmacêuticos falsificados; crimes económicos e comerciais; armas de fogo e explosivos; tráfico de ouro, diamantes e outras pedras e metais preciosos; crimes contra mulheres e crianças; imigrantes ilegais e documentos de viagem roubados e perdidos; crime de vida selvagem e espécies ameaçadas de extinção; e tráfico de seres humanos.

Membros e outros parceiros”, disse ela.

“É muito importante que continuemos a colaborar para lidar com essas ameaças alarmantes.

É somente através de esforços conjuntos e concertados que a região será capaz de lidar efetivamente com essas ameaças”.

O terrorismo geralmente se refere ao uso de violência intencionalmente indiscriminada como um meio de criar terror entre massas de pessoas ou medo de alcançar um objectivo religioso ou político.

Paz é fundamental para a segurança e integração regional

A ÁFRICA Austral deve nutrir a paz que prevalece na maior parte da região, porque sem estabilidade não há desenvolvimento económico e integração.

O Presidente do Comité Ministerial do Órgão da SADC sobre a Cooperação Política, Defesa e Segurança, Joseph Malanji, disse isso na 21ª reunião do comité ministerial realizada em Lusaka, Zâmbia, a 19 de Julho.

Malanji, que é o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, disse que a região deve ser elogiada pelo

estabelecimento do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança para promover a paz e a segurança na SADC.

“Não preciso enfatizar demais a importância que todos atribuímos à paz e à segurança nos nossos respectivos países e na região”, disse ele.

“São componentes essenciais necessários para criar um ambiente propício para os Estados Membros desenvolverem políticas e estratégias comuns para promover o desenvolvimento económico e social dentro da região da SADC.”

A Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, concordou, dizendo que durante o período de 2018/19, o Órgão até agora observou eleições num total de seis Estados Membros da SADC.

Os seis Estados-Membros são a União das Comores, a República Democrática do Congo (RDC), o Reino de Eswatini, o Madagáscar, o Malawi e a África do Sul.

“Para a RDC, a transferência histórica e pacífica do poder foi celebrada dentro e fora da região, uma vez que marcou uma nova era para a

prosperidade económica, a paz e a estabilidade política na RDC”, disse a Dra. Tax.

Ela disse que até Dezembro de 2019, outros quatro Estados Membros da SADC - Botswana, Maurícias, Moçambique e Namíbia - deverão ir às urnas.

“Contamos com a boa vontade dos Estados Membros da SADC para enviar observadores eleitorais de acordo com os princípios orientadores da SADC, o que permitirá à região permanecer na sua trajectória de consolidação da democracia”, disse ela.

Nyerere – “Conhecimento é Poder”

JULIUS NYERERE, que foi carinhosamente tratado como *Mwalimu* (Professor), reconheceu o papel fundamental do conhecimento como um recurso estratégico para a liberdade e o desenvolvimento.

Como Presidente dos Estados da Linha de Frente, ele motivou a criação do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) e tornou-se o Patrono Fundador.

O SARDC foi criado em 1985, ano em que se aposentou como Presidente da República Unida da Tanzânia. O desafio a ser abordado era recolha e disseminação de informações através das fronteiras, e apoio ao desenvolvimento de políticas regionais, após a constituição da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), precursora da SADC, em 1980.

A história foi contada por Sua Excelência Benjamin Mkapa, ex-Presidente da República Unida da Tanzânia (1995-2005), que, como Ministro das Relações Exteriores de *Mwalimu*, foi um importante assessor no estabelecimento e desenvolvimento inicial do SARDC, que cresceu e se tornou um instituto de política regional e um centro de conhecimento amplamente respeitado.

Falando na cerimónia de atribuição de nomes do edifício do SARDC em Harare, no Zimbabwe, como Julius K. Nyerere House, Mkapa disse que é importante para o SADC e o resto do continente africano valorizar e ser guiado pelos ideais e princípios de Nyerere, que acreditavam que a unidade, integridade e conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico.

“No final da década de 1970, quando ficou claro que vamos vencer, dissemos agora que o desafio não é apenas a questão da liberdade, mas também o uso dessa liberdade para fortalecer a nossa capacidade de desenvolvimento. Exigiria o mesmo conhecimento, ou mais conhecimento agora, para disseminá-lo mais amplamente e mais profundamente, para que o

nosso povo possa ser inspirado a se desenvolver e os nossos amigos possam nos ajudar nesse processo de desenvolvimento.

“E foi assim que o pensamento e o desenvolvimento do SARDC foram concebidos”, disse Mkapa.

Ele prestou homenagem aos Directores Fundadores do SARDC, incluindo o falecido David Martin, como um jornalista amplamente respeitado por sua integridade e reportagem factual, e “um nacionalista além das fronteiras, um verdadeiro africanista”, que usou seu arsenal de palavras como um combatente da liberdade.

Mkapa exortou a SADC e os Estados Membros a dar apoio prático ao SARDC, uma vez que o centro está a desempenhar um papel importante no acompanhamento do progresso e na sensibilização para as questões, realizações e desafios do desenvolvimento regional.

“Espero que os Estados Membros da SADC possam avançar para fortalecer a capacidade deste centro, mas também para impulsionar os estados membros a trocaram mais informações sobre seus desafios de desenvolvimento, sobre suas estratégias de desenvolvimento, e sobre os seus paradigmas de desenvolvimento para que possamos realmente mudar juntos em unidade para uma maior liberdade do nosso povo”, disse ele.

O SARDC é um parceiro de conhecimento da SADC, e tem um grande repositório de informações regionais estabelecido através de um MdE assinado pela primeira vez em 1995, que foi revisto e ampliado em 2005 e actualizado em 2015.

A atribuição do nome Julius K. Nyerere House às instalações do SARDC foi parte de uma iniciativa do Conselho Directivo do SARDC para homenagear o Patrono Fundador, que incluiu a publicação de um livro intitulado *Julius Nyerere, Asante Sana, Obrigado Mwalimu* que é uma compilação das suas principais declarações e perspectivas em questões de desenvolvimento, e é bem ilustrado com fotografias históricas.

O Director Executivo do SARDC, Munetsi Madakufamba, disse que “o SARDC procurará respeitar os ideais e princípios de Nyerere e levar adiante o seu legado”.

O SARDC é uma instituição de pesquisa de desenvolvimento amplamente respeitada que fornece apoio ao conhecimento para iniciativas de políticas regionais, como infraestrutura, industrialização, desenvolvimento de energia, mudanças climática, recursos hídricos, género e desenvolvimento e relações China-África.



O SARDC também administra um serviço de notícias regional, o Southern African News Features, que fornece artigos informativos sobre questões de desenvolvimento regional e eventos na África Austral e no continente africano, acessíveis através dos Portais de Internet www.sardc.net e www.sadc.int (da SADC).

O SARDC tem um rico arquivo histórico que está sendo digitalizado para acesso on-line, e está trabalhando com a UNESCO para produzir recursos materiais sobre as dimensões e ligações regionais dos Movimentos de Libertação Nacional.

————— Ele ensinou-nos que “Conhecimento é Poder”. —————

Mwalimu Nyerere homenageado numa cerimónia em Butiama

MWALIMU JULIUS Kambirage Nyerere foi um ícone e inspiração para a libertação da África Austral e um herói na região, que alcançou a independência com o seu apoio e do povo da República Unida da Tanzânia.

Isto foi dito em Butiama a 29 de Junho de 2019 durante uma cerimónia de homenagem ao Mwalimu Nyerere pelo Presidente do Comité Directivo do Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) neste ano do 20º aniversário da sua morte.

O Presidente do Comité Directivo do SARDC, o Professor Peter H. Katjavivi, disse que Mwalimu inspirou e apoiou uma geração de líderes e combatentes da liberdade, e mobilizou apoio material, diplomático e moral para o movimento de independência na África Austral.

Katjavivi, que é Presidente da Assembleia Nacional da Namíbia, e um alto funcionário do partido SWAPO, disse que a inspiração e o apoio de Mwalimu foram um factor fundamental no seu País e outros na região que alcançaram a independência.

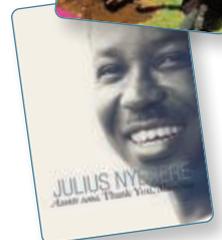
Katjavivi passou 27 anos no exílio durante a luta de libertação, começando com a sua chegada à Tanzânia, e mais tarde serviu como Representante Adjunto da SWAPO na Tanzânia antes de se tornar seu representante na Europa.

A reunião do Comité Directivo do SARDC foi realizada no Mwitongo Lodge, em Butiama, de 29 a 30 de Junho.

Membros do Comité Directivo efectuaram uma visita guiada ao complexo pelo filho de Mwalimu, Madaraka Nyerere, que também é membro do Conselho Directivo do SARDC.

Os destaques da excursão incluíram a casa da família com a biblioteca pessoal de Mwalimu, o museu e o mausoléu onde Mwalimu Nyerere foi enterrado em Outubro de 1999. Katjavivi colocou uma coroa de flores no túmulo em nome do Comité Directivo e plantou uma árvore no local.

O SARDC está sediado na Julius K. Nyerere House em Harare, no Zimbabwe, e trabalha em todos os 16 Estados Membros da SADC. Os membros do Comité Directivo são provenientes de vários Países e disciplinas. □



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol.21 No 5 Agosto 2019

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House, Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

TRADUTOR

Bonifácio António

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu, Phyllis Johnson, Nyarai Kampillipi, Kumbirai Nhongo, Maidei Musimwa, Tariro Sasa, Tanaka Chitsa, Monica Muteru, Raymond Ndhlovu, Pedzisayi Munyoro, Thenjiwe Ngwenya, Eunice Kadiki, Tonderayi Mpofo

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Austrália.

© SADC, SARDC, 2019

SÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1 videoblocks; P2 newtimes.co.rw; P4; P5 P. Johnson; P6 buildipedia, wp.com, meed.com, kayafm.co.za; P7 tanzaniatourism.gotz, P8 sadc.int; P9 omicronenergy.com; P10 SADC Secretariat, msn.com, akamaized.net; P11 news24.com, msn.com; P12 Cyril Ramaphosa Twitter Account, bp.blogspot.com, P13 enca.com, citizen.co.za, Aljazeera.com; P14 southerntimesafrica; P16 mozambiquehistory.net, aaihs.or

Subscriva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses; 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

Julius K. Nyerere House, 15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 242 791 141

www.sadc.net

Conhecimento para o Desenvolvimento



sadc.net



@sadc.net

Austrian Development Cooperation

Este documento foi produzido no contexto de um projeto financiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento / o Desenvolvimento Austríaco Cooperação. A responsabilidade do conteúdo desta publicação reside inteiramente no autor; as informações e opiniões expressas não refletem a opinião oficial da Agência austríaca de desenvolvimento / Cooperação austríaca para o desenvolvimento.



Agosto
5-9, Tanzânia

Semana de Industrialização da SADC 2019

O evento visa popularizar a Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC aprovada em 2015. Agora, no seu quarto ano, o evento anual compreende uma conferência de alto nível para discutir formas de avançar na agenda de industrialização, bem como uma exposição para permitir que várias partes interessadas se envolvam e rede.

7-10, Zimbabwe,

Reunião Geral Anual da Associação de Advogados da SADC

Os advogados dos Estados Membros da SADC reunir-se-ão para discutir o papel da profissão jurídica na promoção da integração económica regional e desenvolvimento de infraestruturas e na estruturação de Parcerias Público-Privadas. Eles explorarão o tema da 39ª Cimeira da SADC e debaterão como o estado de direito e a boa governação podem ser fortalecidos na região da SADC.

8-19, Tanzânia

39ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da SADC

Os líderes da SADC reunir-se-ão para a sua Cimeira anual para discutir questões destinadas a promover a integração e o desenvolvimento regional. A cimeira, marcada para 17 e 18 de Agosto, é precedida por reuniões de altos funcionários e do Conselho de Ministros. O Tema da Cimeira é - **Um Ambiente Propício para o Desenvolvimento Industrial Inclusivo e Sustentável, Maior Comércio Intraregional e Criação de Emprego.**

28-30, Angola

Regional sobre a Previsão Climática da África Austral

Os especialistas em clima dos Estados Membros da SADC reunir-se-ão para rever as previsões climáticas regionais, usando indicadores de precipitação sazonal para produzir uma previsão regional para a época chuvosa de 2019/20.

26-30, RDC

53ª Reuniões do Comité de Gestão do SAPP

O encontro reúne líderes de empresas de energia e representantes do governo dos 12 estados membros do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) para discutir as principais questões de gestão relacionadas à rede elétrica regional e ao fornecimento de energia regional.

Setembro
17-30, EUA

74ª Sessão da Assembleia Geral da ONU

A 74ª Sessão da Assembleia Geral da ONU acontece na sede da ONU em Nova York. A agenda da Assembleia Geral inclui o debate geral, que é a ocasião para os líderes mundiais discutirem questões globais. A Assembleia Geral é o principal representante e órgão de elaboração de políticas das Nações Unidas.

24-25, EUA

Cimeira sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Chefes de Estado e de Governo vão se reunir na sede das Nações Unidas em Nova York para analisar o progresso na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por indicar,
Botswana

Reunião do Grupo Temático de Energia

O Grupo Temático sobre Energia (ETG) é uma reunião de coordenação da SADC e das suas organizações subsidiárias com parceiros e especialistas de cooperação para rever a situação energética na região.

Por indicar,
Botswana

Reunião do Grupo Temático de Água da SADC

O Grupo de Referência Estratégica da Água da SADC (WSRG) irá reunir-se em Gaborone, Botswana, para discutir questões pertinentes que afectam o sector da água. O WSRG é um fórum para a colaboração das partes interessadas no desenvolvimento e conservação do setor da água na África Austral.

Outubro
15, Moçambique

Eleições em Moçambique

Moçambique realizará eleições presidenciais, legislativas e provinciais a 15 de Outubro de 2019. As últimas eleições presidenciais, parlamentares e provinciais foram realizadas em 2014.

Por indicar,
Botswana

Eleições no Botswana

O Botswana irá às urnas em Outubro para escolher parlamentares e representantes do governo local em eleições que devem ser bastante disputadas. A data ainda será anunciada.

Lembrando a contribuição de Nyerere para a integração regional da SADC



“Vamos todos, com as nossas diferentes capacidades, começar a trabalhar e trabalhar juntos, de maneira coerente, pela unidade da África, pela paz da África e pelo respeito da própria África.

O trabalho não será fácil nem rapidamente terminado. Mas isto pode ser feito. Isso deve ser feito. É vosso dever fazer isso. Trabalhar, planejar, influenciar e actuar para a Unidade Africana.”



“Todos os seres humanos são iguais e a África é uma.”

Mwalimu Julius Kambarage Nyerere

Quando elaborou a constituição do seu partido político de libertação, a União Nacional Africana de Tanganyika (TANU), ele incluiu essa declaração no primeiro artigo da constituição do partido. Antes da independência, ele disse ao Conselho Legislativo,

“Nós, o povo de Tanganyika, queremos acender uma vela e colocá-la no topo do Monte Kilimanjaro para que brilhe para além das nossas fronteiras, dando esperança onde há desespero, amor onde há ódio e dignidade onde há humilhação.”

JULIUS KAMBARAGE Nyerere tem um lugar especial nos corações e mentes dos povos da África, e especialmente na África Austral, como um símbolo de liberdade.

Ele apoiou plenamente a libertação do continente do domínio colonial, depois de ganhar a independência em 1961 no seu próprio País, então chamado Tanganica.

A prioridade da nação recém-independente e do seu então primeiro-ministro era o desenvolvimento nacional, mas ele via isso como inatingível sem a independência dos Estados vizinhos.

Julius Nyerere foi o pai da libertação da África Austral e um dos fundadores da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Mwalimu Nyerere perseguiu os ideais de libertação, democracia e humanidade comum no resto do continente e, com os líderes dos outros poucos países africanos independentes em 1963, criou a Organização da Unidade Africana (OUA), que mais tarde se tornou União Africana.

O objectivo principal era a libertação política para o resto do continente. A sua ferramenta para alcançar este objectivo, o Comité de Libertação da OUA, foi organizada pela Tanzânia, e a maioria dos movimentos de libertação teve como base ali em algum momento.

Ele então começou a construir a Comunidade da África Oriental e, mais tarde, a SADC. Nenhum dos países que agora compõem a SADC estavam independentes nessa altura, seguidamente o Malawi e a Zâmbia conquistaram independência em 1964.

Mwalimu significa Mestre em KiSwahili, e ele ensinou muitas coisas ao povo do seu país e ao continente, com ênfase para Liberdade e Unidade - *Uhuru na Umoja*. Ele buscou a união em casa facilitando a união da Tanganica e Zanzibar para se tornar a República Unida da Tanzânia.

Ele acolheu o Comité de Libertação da OUA na Tanzânia para apoiar a descolonização remanescente do continente, notadamente apoiando os países que tiveram que pegar em armas para a libertação nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Quando ele morreu há 20 anos, foi dito no seu funeral que -"Ele carregou a tocha que libertou a África".

Ele foi o primeiro Presidente dos Estados da Linha da Frente que apoiou a resistência ao colonialismo no continente e o fim do apartheid na África do Sul.

Os líderes da Tanzânia, Zâmbia e Botswana formaram os Estados da Linha da Frente em 1974 para trabalhar juntos numa frente unida pela segurança comum e pelo governo da maioria nos países vizinhos, sob a presidência de Nyerere, e este foi um precursor do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC.

As mudanças políticas na Namíbia e na África do Sul em 1990 e 1994 após o confronto militar em Quito Quanaavale, no sul de Angola, mudaram a face e o futuro do continente africano e completaram o trabalho do Comité de Libertação da OUA, mas o desenvolvimento socioeconómico continua a ser uma visão.

A contribuição da República Unida da Tanzânia para a libertação da África Austral não é bem conhecida ou quantificada, em dinheiro, vidas humanas e atraso no desenvolvimento.

Embora tenha sido a liderança de Nyerere que mobilizou uma nação inteira por trás dessa visão, não foi a conquista de uma pessoa, já que os tanzanianos em áreas rurais e urbanas contribuíram com alguns xelins cada um no apoio de pessoas a pessoas, embora não tivessem recursos para si mesmos.

Nascido em Butiama a 13 de Abril de 1922, no que era então a África Oriental Alemã, Mwalimu Julius Kambarage Nyerere morreu a 14 de Outubro de 1999, deixando uma região que é livre e independente. □



E na noite de 09 de Dezembro de 1961, uma equipe de alpinistas colocou uma tocha e uma bandeira no cume do monte mais alto da África, o Monte Kilimanjaro, a montanha mais alta do mundo, enquanto em Dar es Salaam, as luzes se apagaram. No estádio à meia-noite e no escuro, a bandeira britânica "union jack" foi arriada e a nova bandeira da independência foi içada. As luzes se acenderam e o estádio explodiu em aplausos de **“Uhuru”... Liberdade...** que ecoou pelo subcontinente nos 30 anos seguintes.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Agosto - Outubro de 2019

1 Agosto	Dia dos Parentes	RDC
3 Agosto	Dia dos Agricultores	Zâmbia
8 Agosto	Dia dos Camponeses Nane Nane	Tanzânia
9 Agosto	Dia da Mulher	África do Sul
12 Agosto	Eid al Adha	Comores, Tanzânia
12 Agosto	Dia dos Heróis	Zimbabue
13 Agosto	Dia das Forças de Defesa	Zimbabue
15 Agosto	Dia de Assunção	Madagáscar, Seychelles
17 Agosto	Dia da SADC*	Todos
26 Agosto	Dia dos Heróis	Namíbia
2 Setembro	Dia da Dança Umhlanga Reed	Eswatini
3 Setembro	Ganesh Chaturthi	Maurícias
6 Setembro	Dia da Independência / Dia de Somhlolo	Eswatini
7 Setembro	Dia da Victória	Moçambique
9 Setembro	Feriado Público Papal	Maurícias
17 Setembro	Dia dos Heróis Nacionais	Angola
24 Setembro	Dia do Património	África do Sul
25 Setembro	Dia das Forças Armadas	Moçambique
30 Setembro	Dia de Botswana	Botswana
4 Outubro	Dia da Independência	Lesotho
4 Outubro	Dia da Paz e Reconciliação Nacional	Moçambique
14 Outubro	Dia do Mwalimu Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia das Mães	Malawi
18 Outubro	Dia Nacional da Oração	Zâmbia
24 Outubro	Dia da Independência	Zâmbia
27 Outubro	Diwali	Maurícias

*O Dia da SADC não é um feriado público, mas assinala o dia da assinatura do Tratado da SADC a 17 de Agosto de 1992